

## Da rua à casa: princípios de projeto para uma cidade e arquitetura mais justas, adequadas e humanizadas

*From the street to the house: design principles for a fairer, more appropriate and more humanized city and architecture*

*De la calle a la casa: principios de diseño para una ciudad y una arquitectura más justa, adecuada y humanizada*

**GOBBI SANTOS, Alessandra**

*Professora, Doutora em Arquitetura, Teoria e Prática de Projeto, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), [alessandragobbi@unisc.br](mailto:alessandragobbi@unisc.br)*

**FARIAS, Hugo L.**

*Professor Catedrático, Doutor em Arquitetura, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), [hfarias@fa.ulisboa.pt](mailto:hfarias@fa.ulisboa.pt)*

### RESUMO

Contatando-se que a Terra é um planeta cada vez mais urbano, as disciplinas da Arquitetura e do Urbanismo têm que assumir a responsabilidade de melhor planejar e projetar, cidade e arquitetura, para promover um habitat humano mais justo, mais adequado, mais humanizado: um habitat com maior futuro para o ser humano. Suportando-se num conjunto de autores de referência sobretudo da segunda metade do século XX e do início do século XXI, o presente artigo procura contribuir para esta reflexão disciplinar, enfocando especificamente a escala de relação entre a rua – o espaço público, e a casa – o espaço privado, na cidade. Propõe-se, o estabelecimento de um conjunto de princípios de projeto – urbano e arquitetônico – que possam orientar o desenvolvimento de propostas social, ambiental e humanamente mais conscientes, na procura de uma cidade mais justa, adequada e de qualidade, e que contribua efetivamente para o bem-estar do ser humano.

**PALAVRAS-CHAVES:** *arquitetura humanizada, cidade humanizada, da rua à casa, princípios de projeto.*

### ABSTRACT

*Considering that the Earth is an increasingly urban planet, the disciplines of Architecture and Urbanism have to assume the responsibility of better planning and designing, city and architecture, to promote a fairer, more adequate, more humanized human habitat: a habitat with a better future for human beings. Relying on a set of leading authors, particularly from the second half of the 20th century and the beginning of the 21st century, this article seeks to contribute to this disciplinary reflection, focusing specifically on the scale of the relationship between the street – the public space, and the home. – the private space, in the city. It proposes the establishment of a set of design principles – urban and architectural – that can guide the development of socially, environmentally and humanly more conscious proposals, in the search for a fairer, more adequate and quality city, and that effectively contributes to human well-being.*

**KEY WORDS:** *humanized architecture, humanized city, from the street to the house, design principles.*

## RESUMEN

*Considerando que la Tierra es un planeta cada vez más urbano, las disciplinas de la Arquitectura y el Urbanismo tienen que asumir la responsabilidad de una mejor planificación y diseño, de ciudad y de arquitectura, para promover un hábitat humano más justo, más adecuado, más humanizado: un hábitat con mejor futuro. para los seres humanos. Apoyándose en un conjunto de autores de referencia, especialmente de la segunda mitad del siglo XX y principios del siglo XXI, este artículo busca contribuir a esta reflexión disciplinar, centrándose específicamente en la escala de la relación entre la calle – espacio público, y el hogar - el espacio privado, en la ciudad. Se propone el establecimiento de un conjunto de principios de diseño – urbano y arquitectónico – que puedan orientar el desarrollo de propuestas social, ambiental y humanamente más conscientes, en la búsqueda de una ciudad más justa, adecuada y de calidad, y que contribuya efectivamente al bienestar del ser humano.*

**PALABRAS CLAVE:** *arquitectura humanizada, ciudad humanizada, de la calle a la casa, principios de diseño.*

## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2017 marcou o momento em que mais de metade da população da Terra passou a viver em cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que em 2030, apenas treze anos depois desta data, e já daqui a sete anos, 70% da população humana se tenha convertido em urbana. Desde sempre que as cidades se assumiram como polos e centros de crescimento econômico, de inovação, de cultura e de criatividade. Por todas estas razões – e porque, como consequência delas, é nas áreas urbanas que se conseguem atingir níveis mais altos de qualidade de vida –, as cidades atraem e continuarão a atrair, contínua e significativamente, cada vez mais habitantes. A terra é, cada vez mais, um planeta urbano. Constata-se assim que, num mundo cada vez mais urbanizado, o futuro das cidades determinará o bem-estar das futuras gerações.

A Arquitetura e o Urbanismo têm, por essa razão, uma responsabilidade cada vez maior, na procura da criação de um *habitat* qualificado para o ser humano: a pesquisa sustentada por uma arquitetura e uma cidade mais justa, mais adequada e mais humanizada devem estar no foco da nossa disciplina.

A humanização em arquitetura procura dar resposta à necessidade humana por ambientes enriquecedores, vivos e saudáveis. Uma arquitetura humanizada enfatiza a necessidade de uma escala humana, edificações de porte reduzido, a valorização do verde, o conforto, a ordem, graduação e a variedade espaciais. Ainda, humanizar a arquitetura e a cidade denota estabelecer um nexo entre o ser humano e o espaço construído conforme recomenda Gehl<sup>1</sup>, no qual o autor conceitua que a qualidade do habitar está estreitamente vinculada ao projeto urbano e terá êxito quando este for pensado na seguinte ordem: primeiro, a vida social; depois, o espaço público; e, finalmente, o edifício, e adverte: “[...] esta é uma ordem sequencial que nunca funciona quando se inverte”.

O presente artigo procura contribuir para esta reflexão, enfocando especificamente uma das escalas que mais impacto direto tem sobre o habitante da cidade: a escala de relação entre a rua – o espaço público, e a casa – o espaço privado. Suportando-se num conjunto de autores de referência sobretudo da segunda metade do século XX e do início do século XXI, o artigo propõe o estabelecimento de um conjunto de princípios de projeto – urbano e arquitetônico – que possam orientar o desenvolvimento de propostas social, ambiental e humanamente mais conscientes, na procura de uma cidade mais justa, adequada e de qualidade, logo com mais presente e com mais futuro<sup>2</sup>.

As conclusões, em síntese, são o elenco de um conjunto de princípios e elementos de projeto que promovam uma cidade e uma arquitetura mais humanizadas, mais viva, mais centradas no ser humano, promovendo soluções mais sustentadas e com maior futuro.

Destaca-se ainda que este conjunto de princípios e elementos de projeto, tem aplicação na análise e avaliação de Projetos nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo, assim como, poderão ser utilizados como ferramentas de diretrizes projetuais, no início do processo de planejamento, funcionando como uma *checklist* de princípios e elementos de projeto qualitativos no que condiz à escala do edifício e da rua.

## 2 PÚBLICO E PRIVADO: UMA BREVE CONCEITUALIZAÇÃO

De acordo com Hertzberger (2015) os conceitos de “público” e “privado” podem ser vistos e compreendidos em termos relativos, como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, à responsabilidade, à relação entre a propriedade pública e privada, assim como à supervisão e controle de unidades espaciais específicas. Nesse aspecto, o autor contrapõe o conceito mais absoluto, de que uma área pública, que denota o coletivo, é acessível a todos, a qualquer momento, e a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente, enquanto a área privada, que denota o individual, tem seu acesso determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la.

Esta relação deve ser assimilada como uma relação ativa e recíproca, marcada pela redescoberta da importância dos limiares, que se distribuem da rua à porta de casa, interagindo com espaços públicos, acolhendo e estimulando, além do mundo pessoal e familiar, o mundo contíguo que também em nós habita, das mais diversas formas.

Desta forma, ambicionando que o edificado habitacional se relacione com a rua, contribuindo positivamente para o espaço público, e vice-versa, com o objetivo maior de que o espaço da cidade e os seus edifícios devem estabelecer um diálogo e, assim, dissolver as fronteiras entre os dois, e que ambos contribuam para a fortificação das relações sociais, acolhendo e estimulando o mundo vicinal e a vida em comunidade, selecionou-se uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, buscam a relação entre espaços públicos e privados de modo pleno.

Estas qualidades podem ser alcançadas através de critérios e elementos de projeto, à escala do edifício e da rua, essencialmente no que se relaciona com: os acessos, desde o exterior (a rua, o espaço público) até à unidade habitacional (a casa, o espaço privado) e a relação interior e exterior, sobretudo ao nível térreo.

## 3 ENTRE A RUA E A CASA: CRITÉRIOS E ELEMENTOS DE PROJETO PARA UM HABITAR MAIS HUMANIZADO, PARA UMA CIDADE MAIS VIVA

### Reciprocidade entre espaços públicos e privados

À escala do edifício, deve promover-se o uso de elementos de reconciliação entre a rua e o domínio privado, através da correta definição dos espaços de transição, dos graus de acesso e das circulações (horizontais e verticais), a fim de minimizar a divisão rígida entre áreas com diferentes demarcações territoriais, assim como cooperar com a segurança, tanto dos usuários do conjunto, como dos transeuntes.

*Acessos: intervalo ou espaço de transição*

O intervalo ou espaço de transição<sup>3</sup>, também conhecidos como entradas, alpendres, varandas e muitas outras formas, fornecem uma oportunidade para a acomodação entre mundos contíguos. Para Hertzberger (2015), a concretização da soleira como intervalo significa, em primeiro lugar e acima de

tudo, criar um espaço para as boas-vindas e as despedidas, e, portanto, é a tradução em termos arquitetônicos da hospitalidade.

Nessa perspectiva, Monteys (2017) alerta que as áreas de transição – portais, vestíbulos, escadas, portões, coberturas, alpendres, varandas - estão de alguma forma já na rua; são o primeiro gesto, dão as boas-vindas e acolhem a primeira ação ao entrar. Na direção oposta, eles são a última fronteira da casa antes de sair e determinam a aparência de uma parte muito importante da rua.

Esta qualidade é influenciada na medida em que, se a experiência da entrada numa edificação, em especial habitação, for abrupta demais (abrindo-se diretamente para a rua) não há a sensação de chegada, e o interior da edificação não consegue ser um espaço *sagrado* e protegido. Segundo Alexander (2013 [1977]), esta área intermediária tem a função, também, de adaptar o usuário, e consequentemente o seu comportamento, ao espaço privado.

Nesse contexto, os recuos frontais, semiprivados, devem ser minuciosamente projetados como propõe Ralph Erskine *apud* Gehl (2013, p. 82): "Se o conjunto for interessante e estimulante ao nível dos olhos, toda a área será interessante. Portanto, tente fazer uma zona de transição convidativa e rica em detalhes, e economize seus esforços nos andares superiores, que têm muito menos importância, tanto funcional quanto visualmente".

A esse respeito, do desenho das áreas exteriores frontais, revela-se fundamental incluir dimensões culturais e socioeconômicas a fim de obter-se sucesso no espaço proposto, qualidade que pode ser medida pela apropriação dos lugares – na zona intermediária (área semiprivada) - e na rua (área pública) - através da sensação de segurança para os transeuntes, constituindo-se, desta forma, como um elemento simples e valioso da arquitetura da cidade.

#### *Acessos: Circulações (horizontais e verticais)*

As circulações horizontais e verticais devem apoiar-se nos conceitos já descritos, das zonas de transição e dos graus de acesso, para que se figurem e complementem a legítima forma de relação entre o espaço público e o privado – entre o coletivo e individual –, através da dedicação e atenção aos acessos dos andares mais altos, a fim de dar a cada residência uma porta de entrada – “porta de casa”<sup>4</sup>, com o máximo de acesso possível pela rua.

Iniciando pela circulação entre o exterior público para o interior (mais) privado, por exemplo: um espaço comunal, se for o caso de um conjunto residencial; ou o caminho da calçada até aos edifícios ou a um complexo de edifícios, forma-se um espaço semipúblico e/ou semiprivado, ou uma série desses, que funcionam como um nó de recepção<sup>5</sup> no térreo, a fim de dar o sentido de direção aos usuários e visitantes.

Na sequência dos níveis físicos de circulação, a demarcação da entrada, tanto em relação à sua posição, quanto à sua composição, é o ponto chave para o bom funcionamento dos demais graus de fluxo, uma vez que, num primeiro momento, conduz usuários e visitantes ao destino pretendido e, num segundo momento e imediatamente, através do átrio (hall), faz a distribuição e organização para os demais compartimentos.

Em conjuntos de residências coletivas verticais, acrescentam-se, ao hall de entrada, as escadas e elevadores. As escadas, visíveis desde o primeiro momento que se acessa ao edifício, devem ser elementos de caráter distinto que se abrem ao pavimento inferior. E, se for o caso, a cada patamar, criando uma unidade indissolúvel com esses cômodos (átrio e patamares) e formando, assim, espaços socialmente conectados.

Para as escadas comunitárias residenciais, assim denominadas por Herman Hertzberger (2015), que são escadas de edifícios multifamiliares, uma atenção especial deve ser dada em particular à disposição espacial, que pode conduzir aos contatos sociais esperados entre vários moradores de um mesmo edifício<sup>6</sup>, bem como superar a distância entre a rua e a porta da frente num prédio residencial de muitos andares.

A relação entre a rua e a porta de entrada de cada habitação pode ser obtida, ao menos em parte, através do “princípio do caminho vertical para pedestre”<sup>7</sup>, concebendo este espaço como uma rua externa (escada e patamares/galerias de distribuição), com iluminação natural, através de aberturas na cobertura, com aberturas de janelas das unidades privadas para esta “rua”, com previsão de terraços que possibilitem, sem descuidar da privacidade<sup>8</sup>, o encontro e convívio entre as crianças e moradores do edifício através do fácil acesso e ambientação destes espaços.

Ainda, dentre as múltiplas possibilidades de soluções para os acessos verticais nos edifícios – núcleos autonomizados ou incorporados – considera-se a mais eficaz a forma em que o núcleo de circulação vertical é autonomizado no que concerne à demarcação das entradas, visível de todas as direções de chegada, com o propósito de causar a sensação de transição e contribuir para a orientação dos usuários e visitantes.

Assim, recomenda-se que a circulação vertical seja posicionada para o exterior do edifício, (e com transparência), criam-se visuais de dentro para fora e vice-versa, propiciando uma sensação de segurança tanto aos usuários do conjunto, como aos transeuntes. Nesse ponto, é pertinente citar Santos (1985)<sup>9</sup>, que reconhece a importância de um lugar vivo, o qual é responsável pela elevada taxa de pessoas circulando nos espaços, o que gera muitos olhares vigilantes que asseguram que nada passará despercebido.

Esta solução tem três principais vantagens: a primeira é a marcação das entradas dos blocos, podendo comunicar seu uso através da fachada, delineando a compreensão dos graus de acesso pelos habitantes e outros utentes; a segunda é de propiciar a integração entre os edifícios do complexo e entre os espaços públicos e semipúblicos ao nível da rua; e a terceira é relativa à segurança, reconhecendo a relevância das recomendações de Jane Jacobs (2014 [1960]) sobre a teoria dos “olhos na rua”.

### Relação interior e exterior: relação com o solo – pisos térreos

Os edifícios devem desenhar cuidadosamente os seus *plinths*, maximizando a sua interação com a rua e com a cidade. O cuidado na forma como o edifício “toca” o chão, e nos usos que lhe são atribuídos, é onde contribuir-se significativamente para a ativação do lugar.

O piso térreo faz parte da chamada “esfera pública”<sup>10</sup>, que tem um significado maior do que somente espaço público: inclui as fachadas dos edifícios e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos. Assim, o andar térreo é parte crucial à cidade ao nível dos olhos, uma vez que os utentes experimentam as cidades no contexto da esfera pública.

Karssenber *et al.* (2015) denominam este espaço de *plinth*, que no seu significado literal quer dizer plinto, ou seja, a base do edifício (a primeira camada da organização tripartida) – o andar térreo ou, em muitos casos, os dois primeiros andares, quer em áreas residenciais ou comerciais, de serviços, culturais e de lazer.

É necessário perceber que “bons pisos térreos” devem ser compostos por uma mistura de funções onde a relação entre a rua e a casa seja estabelecida. Devem ser programados arquitetonicamente

para serem flexíveis, com usos temporários e provisórios que podem mudar de acordo com novos usos, inclusive inserindo habitação neste andar<sup>11</sup>.

Ainda, contribuem para “bons *plinth*”, o tamanho e a composição formal dos edifícios, como a organização vertical e horizontal da fachada onde fica estabelecido, horizontalmente, o embasamento do edifício e, verticalmente, no ritmo de novas unidades e suas aberturas. Dessa forma, pode-se citar Gehl *et al.* (2006, p. 35)<sup>12</sup>, que assim se expressam: “Prédios e espaços urbanos devem ser vistos e tratados como um ser unificado que respira como um só. E os andares térreos, mantendo a tradição e com bons argumentos sensoriais, devem ter um desenho unicamente detalhado e acolhedor”.

Nesse âmbito, do vínculo entre edifício e o espaço público, Ton Schaap alerta que os arquitetos devem começar a desenhar do ponto de vista da rua, não do edifício. “Arquitetos devem desenhar boas entradas e andares térreos com boa aparência, assim geram-se boas ruas.” (SCHAAP *apud* KARSSENBERG *et al.*, 2015, p. 104).

Ainda o mesmo autor (2015) reitera que o processo de projeto deve ser de fora para dentro, da rua para a zona de transição e desta para o edifício. É preciso de olhos para a rua, na medida em que as fachadas ativas e interessantes ativam os usuários urbanos.

#### Relação interior e exterior: fachadas ativas

No desenho dos edifícios – não apenas os residenciais, mas também estes – deve considerar-se a ideia das fachadas ativas, em todo o perímetro do quarteirão. A solução de projeto deve privilegiar a relação interior - exterior à altura dos olhos do pedestre, assim como através das entradas existentes ao longo da fachada do piso térreo. As entradas devem ser cuidadosamente desenhadas, e deve considerar-se o número e a distância entre elas<sup>13</sup>, por forma a manter a vivacidade e a atratividade ao longo do percurso pela calçada envolvente.

Nesse cenário, segundo Jeff Speck (2016), os edifícios precisam criar vida nas calçadas e incentivar a atividade dos pedestres através das fachadas ativas<sup>14</sup> uma vez que as pessoas optam por caminhar se a caminhada tiver um propósito; este é atingido pela diversidade de atividades existentes. A existência de comércios, serviços e espaços culturais estimula a convivência e qualifica a relação do espaço público com o edifício, promovendo mais interação social.

Nesse contexto da experiência de relação com a cidade, o projeto arquitetônico que valoriza a relação do edifício com a rua auxilia a criar vida nas ruas, aumenta a complexidade dos pisos térreos, completando a escala humana e evitando a monotonia ao longo da caminhada. Ambientes assim são convidativos e contribuem para que as pessoas andem mais a pé e permaneçam mais tempo nas ruas.

Para tanto, os pisos térreos comerciais que tangenciam as calçadas devem ter suas fachadas principais transparentes<sup>15</sup>, ocupadas por janelas, vitrines ou portas recuadas com abrigo, que conectem o interior da loja à calçada, promovendo, desta forma, a indefinição do limite entre público e privado, bem como dando a sensação de segurança através dos “olhos na rua”<sup>16</sup>: as pessoas que estão dentro dos prédios enxergam o que acontece na via pública.

## 4 ENTRE A RUA E A CASA: UMA ABORDAGEM PARA AS DISCIPLINAS DE PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Sobre a disciplina de Projeto, Mahfuz (2009) escreve que, embora o currículo das escolas de arquitetura seja formado por muitas matérias, parece inquestionável que a disciplina de prática de projetos é a mais importante, pois é nela que se realiza a síntese de todos os conhecimentos

necessários ao projeto de edificações, espaços abertos e de urbanismo. Ou seja, é nela que se pratica algo aproximado ao que o futuro arquiteto fará após graduar-se.

Nesse enquadramento, o desenho dos elementos de projeto a escala de relação entre a rua – o espaço público, e a casa – o espaço privado, pode (e deve) ser mais explorado nas disciplinas de projeto de Arquitetura e de Urbanismo por meio dos Planos de Ensino (ou Planos de Estudo) a fim de preparar os futuros graduados em Arquitetura e Urbanismo para a lógica do pensamento num discurso articulado com a dinâmica do próprio território, onde a realidade construída detém um conjunto de estruturas espaciais, figurativas e construtivas que urge compreender e desmontar em qualquer ato projetual.

Dessa forma, sugere-se que, para as disciplinas de Projeto de Arquitetura e de Urbanismo, sejam incorporados – nos Planos de Estudo e nos Editais dos trabalhos Práticos de Ateliê – critérios e elementos de projeto, à escala do edifício e da rua, essencialmente no que se relaciona com: os acessos, desde o exterior (a rua, o espaço público) até à unidade habitacional (a casa, o espaço privado) e a relação interior e exterior, sobretudo ao nível térreo.<sup>17</sup>

Essa abordagem projetual deve basear-se numa metodologia onde a práxis projetual comporta o entendimento do espaço público, não se remetendo exclusivamente ao papel da edificação, no caso dos Projetos de Arquitetura; e por outro lado, através da contextualização do Projeto de Urbanismo, incentivando o desenho dos elementos entre o espaço público e o privado, possibilitando relações frutíferas entre essas duas esferas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contatando-se que a Terra é um planeta cada vez mais urbano, apontando-se o ano de 2030 como o momento em que 70% da sua população estará, já, vivendo em cidades, as disciplinas da Arquitetura e do Urbanismo têm que assumir a responsabilidade de melhor planejar e projetar, cidade e arquitetura, para promover um habitat humano mais justo, mais adequado, mais humanizado: um habitat com maior futuro para o ser humano.

O presente artigo procura contribuir para esta reflexão disciplinar, enfocando especificamente a escala de relação entre a rua – o espaço público, e a casa – o espaço privado, na cidade. Propõe-se, assim, o estabelecimento de um conjunto de princípios de projeto que possam orientar o desenvolvimento de propostas social, ambiental e humanamente mais conscientes, na procura de uma que contribua efetivamente para o bem-estar do ser humano.

Entre estes princípios, destacamos: a importância de projetar cuidadosamente a relação entre espaços públicos e privados, considerando uma reflexão sobre os espaços de transição e as circulações coletivas no edifício; a importância do desenho cuidado das relações entre interior e exterior, através do desenho criterioso dos pisos térreos do edifício; a importância de pensar e projetar fachadas ativas, como forma de ativar o espaço público ao nível do pedestre, promovendo vivacidade, atratividade e segurança ao longo do percurso pela calçada e pela rua.

Importa ainda mencionar a dimensão pedagógica, na medida em que estes critérios de projeto devem ser incorporados aos Planos de Ensino das disciplinas e Projeto de Arquitetura e Urbanismo, assim como aos Editais dos trabalhos Práticos de Ateliê, com o objetivo de nunca restringir a arquitetura enquanto um edifício isolado, mas que se relaciona com o espaço público envolvente e sobre a cidade no seu contexto mais amplo, sobre o qual o edificado está construído, buscando contribuir efetivamente para o desenvolvimento de uma cidade e arquitetura mais justas, adequadas e humanizadas.

## 6 AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico com as referências UIDB/04008/2020 e UIDP/04008/2020.

## 7 REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. ISHIKAWA, S. SILVERSTEIN, M. JACOBSON, M. FIKSDAHL-KING, I. ANGEL, S. **Uma Linguagem de Padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013 [1977].

COELHO, A. Baptista; PEDRO, João Branco. **Do bairro e da vizinhança à habitação: Tipologias e características dos níveis físicos residenciais**. Lisboa: LNEC, 3a ed., 2013.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planeamento**. São Paulo: Pini, 1990.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. **La Humanización del Espacio Urbano: La vida social entre los edificios**. Barcelona: Reverté, 2006.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1960].

KARSENBERG, Hans *et al.* **A cidade ao nível dos olhos: lições para os Plinths**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **O ateliê de projeto como mini-escola**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n 115.00, Vitruvius, dez. 2009. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.115/1>> Acesso em: 22 abr. 2023.

MONTEYS, Xavier. **La calle y la casa: urbanismo de interiores**. Barcelona: Gustavo Gili, 2017.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: Editora UnB, 2006 [1999].

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1966].

SANTOS, Alessandra Gobbi. **Da Cidade à casa: princípios e Elementos de Projeto para a promoção da qualidade urbanística e arquitetônica do espaço em áreas residenciais**. Tese de Doutorado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2022.

SANTOS, Carlos Nelson. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. São Paulo: Projeto, 1985.

SÃO PAULO. Lei Municipal nº 16.050/2014. **Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo**. São Paulo, 2014.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável**. São Paulo: perspectiva, 2016.

<sup>1</sup> Livro *“La humanización del Espacio Urbano: la vida social entre los edificios”* (2006).

<sup>2</sup> Para uma visão mais completa sobre princípios e elementos de projeto que visam o alcançar de uma cidade e arquitetura residencial mais humanizada e de maior qualidade ver: SANTOS, Alessandra Gobbi. *Da Cidade à casa: princípios e Elementos de Projeto para a promoção da qualidade urbanística e arquitetônica do espaço em áreas residenciais*. Tese de Doutorado em Arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2022.

<sup>3</sup> Intervalo é o termo utilizado por Herman Hertzberger no livro *“Lições de arquitetura”* (2015), quando se refere ao espaço com demarcações territoriais divergentes – o espaço público e o privado. Também explica que o significado do conceito de Intervalo foi introduzido em Forum 7, 1959 (*La plus grande réalité du seuil*) e em Forum 8, 1959 (*Das Gestalt gewordense Zwischen: the concretization of the in-between*). Espaço de transição é o termo utilizado por Jan Gehl, nos livros *“Cidades para pessoas”* (2013) e *“La humanización del Espacio Urbano: la vida social entre los edificios”* (2006), e por Christopher Alexander no livro *“Uma linguagem de Padrões”* (2013 [1977]).



<sup>4</sup> Termo utilizado por António Batista Coelho, no livro *“Do bairro e da vizinhança à habitação: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais”* (2013, p. 190) quando se refere ao edifício como um espaço de ligação entre dois polos de um binômio mínimo de qualificação residencial.

<sup>5</sup> Este espaço – nó de recepção – deve ser claramente definido, do qual também fica visível as entradas subsequentes. Pode servir ainda como um ponto de encontro.

<sup>6</sup> Pesquisa realizadas por Maureen Taylor, *User Needs or Exploiter Needs apud Coelho* (2013), mostra resultados sobre o grau de convivalidade relacionado ao adequado número de unidades habitacionais agrupadas por pavimento.

<sup>7</sup> Termo utilizado por Hermam Hertzberger, no livro *“Lições de arquitetura”* (2015), quando faz analogia de um espaço interior de um edifício residencial, com escadas, patamares e passarelas, com as edificações de vários andares de uma aldeia nas montanhas.

<sup>8</sup> Ao nível dos patamares, terraços e das galerias de distribuição, todos de acesso comum, deve haver um cuidado extremo quanto ao boqueio das potenciais vistas no interior doméstico, tanto em relação à distância entre portas de unidades habitacionais e à sua disposição mútua, como relativamente às relações entre utentes das galerias comuns e nas janelas das demais unidades contíguas.

<sup>9</sup> Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no livro: *“Quando a rua vira casa”* (1985). Santos utiliza a referência de Jane Jacobs (2014 [1960]), que, através do conceito “olhos na rua”, recomenda que os edifícios de uma rua devem ser orientados para a rua e nunca virarem as costas ou laterais inexpressivas sobre ela e deixá-la cega.

<sup>10</sup> Esfera pública: termo utilizado por Hans Karssenberget al., no livro *“A Cidade ao Nível dos Olhos: uma lição para os Plinths”* (2015).

<sup>11</sup> Nessa perspectiva, Karssenberget al. (2015) expõe que novas tendências podem melhorar a qualidade dos pisos térreos, bem como comércio autêntico (ex.: alimentação, roupa, design e lojas étnicas), a necessidade de espaços para *coworkings*, funções criativas temporárias e lojas *pop-up*.

<sup>12</sup> Gehl (2006) *apud Karssenberget al.* (2015, p. 35). Artigo publicado primeiramente em 2006 em *Urban Design International*.

<sup>13</sup> Jan Gehl (2013 p.151) e no texto *“Encontro imediatos com prédios”* (2006), escreve sobre o impacto dos andares térreos na vida urbana e afirma que andares térreos interessantes e variados significam ambientes urbanos convidativos e enriquecedores e sugere que, a cada 100m, seja garantida uma média de 10 entradas com atividades diversificadas.

<sup>14</sup> Que permitam conexões visuais dentro e fora, com janelas voltadas para a rua e com frequência de acessos oportunizando a relação entre ambientes fechados e ao ar livre. Allan Jacobs, no livro *“Great Streets”* (1995) *apud Karssenberget al.* (2015), escreve sobre áreas térreas e arquitetura de encontros imediatos e afirma que enxergar o interior e o exterior de prédios conecta atividades visualmente de um modo próximo e pessoal, então o ritmo das oportunidades oferecidas é crucial para a riqueza da experiência do pedestre. O número de portas, janelas, recuos, colunas, as janelas das lojas, detalhes das vitrinas, letreiros das lojas são todos elementos importantes.

<sup>15</sup> O Plano Diretor Estratégico de São Paulo - SP estabelece parâmetros urbanísticos para incentivar a construção de fachadas ativas, o plano prevê a não tributação da área do lote destinada a esse fim, até o limite de 50% do terreno (Gestão Urbana SP, 2016).

<sup>16</sup> “Olhos na rua” é um conceito de Jane Jacobs (2014 [1960]) no que diz respeito à segurança urbana. Segundo Jacobs, as calçadas desempenham um papel fundamental para a manutenção da segurança na cidade. A autora defende que a manutenção da segurança não é feita pela polícia (ou pelo menos não apenas por ela, que também é necessária), mas pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.

<sup>17</sup> Acessos: intervalos ou espaços de transição e circulações públicas horizontais e verticais; e Relação interior e exterior: relação com o solo – pisos térreos e as fachadas ativas.